11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Acumulação, Estado e Financeirização: perspectivas críticas sobre o desenvolvimento

Escravidão, Raça e Classe: Florestan Fernandes e a Historicização da Dependência

Thiago Marques Mandarino[1]

Resumo: O artigo examina a contribuição de Florestan Fernandes para a teoria do capitalismo dependente brasileiro, com foco na articulação entre escravidão, raça e classe social. O objetivo é demonstrar como Fernandes confere maior historicidade à análise da dependência ao inserir, no centro do debate, a questão da formação nacional — especialmente a escravidão moderna e seu processo de abolição — como determinantes estruturais da constituição do mercado de trabalho, do regime de classes e da luta de classes em si no Brasil. Ao final, evidencia-se que a abolição da escravatura, realizada "pelo alto" e sem integração real dos negros à nova ordem social, é elemento fundamental para a apreensão do capitalismo dependente e subdesenvolvido, com implicações que se estendem até a contemporaneidade.
Palavras-chave: dependência; escravidão; raça e classe; Florestan Fernandes

Slavery, Race, and Class: Florestan Fernandes and the Historicization of Dependence

Abstract: The article examines Florestan Fernandes contribution to the theory of Brazilian dependent capitalism, focusing on the articulation between slavery, race, and social class. The aim is to demonstrate how Fernandes gives greater historicity to the analysis of dependence by placing at the center of the debate the issue of national formation — especially modern slavery and its abolition process — as structural determinants of the constitution of the labor market, the class system, and class struggle itself in Brazil. In the end, it is shown that the abolition of slavery, carried out "from above" and without the real integration of Black people into the new social order, is a fundamental element for understanding dependent and underdeveloped capitalism, with implications that extend into contemporary times.
Keywords: dependency; slavery; race and class; Florestan Fernandes

1. Introdução

A obra de Florestan Fernandes ocupa posição singular na tradição do pensamento social crítico brasileiro. Ao longo de uma vasta trajetória intelectual, o autor não apenas diagnosticou as especificidades do capitalismo dependente e subdesenvolvido no Brasil, mas também articulou, de forma pioneira, a questão racial à análise de classes — conferindo à interpretação da dependência uma historicidade e concretude ímpares, típica da perspectiva da problemática da formação nacional.

[1] Doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB). Email: thiago.mandarino@gmail.com

Ao pisar no chão da história e da constituição das classes sociais no Brasil, Fernandes revela que a heteronomia e a profunda desigualdade social não são simples resultados do intercâmbio desigual entre centro e periferia, mas consequências de um passado colonial e escravista que ainda não foi superado. Realçando a relevância da continuidade, no presente, de estruturas econômicas e sociais que remontam ao passado, ele permite uma apreensão da particularidade do regime e da luta de classes no Brasil, sem o que prospectar mudanças societárias acaba por cair no vazio.

Mais especificamente, a dupla articulação (dependência externa e desigualdade interna) vai sendo constantemente reposta no decorrer da revolução burguesa no Brasil, que, para o autor, se caracteriza como uma contrarrevolução permanente para garantir um modelo autocrático de dominação. Assim, sem abrir mão das vicissitudes do capital em âmbito internacional, Fernandes (2005) apreende os condicionantes internos da luta de classes e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em sua concretude e historicidade.

A partir disso, três elementos fundamentais para a apreensão da dependência se destacam nas análises de Fernandes (1975; 2005; 2008; 1972a; 1972b): 1- como, no decorrer da transição de uma economia colonial para uma economia capitalista com grande presença do capital monopolista, o Brasil acaba reiterando os laços de dependência externa e desigualdade social interna, ou seja, como se articulam dinâmicas externas e internas; 2- a especificidade da revolução burguesa e, consequentemente, da burguesia brasileira em si; e 3- a necessidade de se analisar a relação entre raça e classe ao abordar a particularidade da classe trabalhadora no país. Tais elementos permitem analisar o regime de classes e a dinâmica da luta de classes no Brasil, sem os quais pensar a transição ao socialismo acaba por se converter num processo sem atores e desatado das contingências impostas, tanto de fora para dentro, quanto internamente.

2- Padrões de Dependência e a Classe Trabalhadora no Brasil

Primeiramente, a colonização brasileira se vincula à história do comércio europeu e do capitalismo comercial, especialmente no que tange à escravidão no Brasil[2].

2 "Em termos da apropriação do homem pela violência, a 'escravidão moderna' apresentada muito pontos de contato e de semelhança com a 'escravidão antiga'. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho) a qual conta durante muito tempo, com o negro como a mola mestra da acumulação do capital mercantil (Fernandes, 1977, p. 15).

Com a Revolução Industrial e a mecanização da produção, há a necessidade de generalização das relações mercantis em escala internacional, comprometendo o antigo sistema colonial e suas principais engrenagens: o estatuto colonial e o tráfico internacional de escravos (por consequência, a escravidão) (Novais, 1995).

O período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise estrutural irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), é entendido por Fernandes (1975) como de dominação externa neocolonialista. Essa seria a primeira fase no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. Ao novo padrão de dominação externa corresponde, internamente, a formação do Estado Nacional, via ruptura do estatuto colonial, e o início do processo de abolição da escravatura (ambos essenciais para a apreensão da formação das classes sociais no Brasil). Durante esse curto período,

> […] A dominação externa tornou-se largamente indireta. […] A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os produtores de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas economias coloniais recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno (Fernandes, 1975, p. 15).

Fernandes (2005) atenta-se para o fato de que as elites nativas não se contrapunham à estrutura da sociedade colonial em si, mas sim aos limites econômicos, sociais e políticos à plena capacidade de dominação delas em todos os níveis da ordem social impostos pelo estatuto colonial. A independência punha então, lado a lado, um elemento revolucionário (ansioso por despojar a ordem social colonial e seus caracteres heteronômicos) e um elemento conservador (querendo preservar uma ordem social que não tinha condições de fazer florescer uma nação)[3]. Isso leva à emergência gradual da política econômica como meio dos estamentos senhoriais adaptarem-se às transformações da ordem interna e das estruturas do poder externas. Aqui reside a anatomia de importantes frações da burguesia brasileira: o ventre mercantil com sua identidade pragmática e oportunista (Fernandes, 2005).

O fim do estatuto colonial colabora para a crise irreversível do regime de trabalho escravo, que não se dá de maneira abrupta. As pressões pelo fim do tráfico de escravos e,

3 Mota e Novais (1986) também compartilham a ideia do caráter ambíguo e contraditório da Independência: liberal para romper com a Metrópole, mas também conservador para manter a escravidão e o senhoriado.

consequentemente, pelo fim da escravidão no Brasil, podem ser percebidas através de tratados entre Portugal e Inglaterra que datam desde 1810, ganhando contornos mais nítidos com a Lei Eusébio de Queiroz[4], passando pela Lei do Ventre Livre[5] e dos Sexagenários[6,] até culminar no ato que ratifica todo o desenrolar do processo de Abolição: a Lei Áurea.

Todas essas leis evidenciam, somadas à imigração subvencionada, um processo da abolição gradual e relativamente bem controlado a partir do alto e em proveito próprio, pelos estamentos que dominavam o Estado Nacional. A despeito da relevância dos movimentos abolicionistas e das insurreições por parte dos escravos, é possível perceber que todo o processo de desagregação do trabalho escravo e constituição do mercado de trabalho assalariado se dá sem levar em conta as necessidades da classe trabalhadora, especialmente dos negros, já que não se vislumbra qualquer preocupação com o destino dos ex-escravos e sua integração na nova ordem social, transmutando a segregação racial em segregação social.

É por essa razão que no Brasil enlaçam-se classe e raça quando se trata do tema de formação do mercado de trabalho assalariado. Os padrões assimétricos que marcam as relações sociais vão sendo incorporados ao regime de classes, deformando-o de forma a permitir que categorias como casta, estamento e classe possam ser utilizadas para tratar da estrutura social no Brasil.

> [...] seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. [...] O que desapareceu historicamente – o 'mundo colonial' – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais (Fernandes, 1972a, p. 189).

4 Sobre a Lei Eusébio de Queiroz, de 4 de setembro de 1850, que interrompe o tráfico internacional de escravos para o Brasil, ver: Conrad (1975); Klein (2002); Bethell (1986).

5 A Lei Rio Branco (1871) demarca uma ação inusitada por parte do Estado: a interferência na relação senhor/escravo, até então inexistente. Obrigando à locação de serviços e à permanência geográfica dos libertos, resguarda a estabilidade da produção e a lucratividade das lavouras cafeeiras A esse respeito, ver: Lamounier (1988) e Gebara (1986).

6 A Lei Saraiva-Cotegipe pode ser vista como continuidade de um processo de abolição lenta e gradual, controlada pelo alto. Sendo raro o número de escravos que chegavam aos 60 anos, a lei abria brechas para que os senhores se "libertassem" de escravos em idade improdutiva ao passo que acalmava os ânimos abolicionistas (Mandarino, 2014).

Por conta disso, o assalariamento se converte em privilégio econômico e social, bem como a proletarização compromete o homem pobre com a defesa do capitalismo. Algo que se agrava quando se toma em conta a cisão racial que se junta à cisão social.

Com a Revolução Industrial, inaugura-se um novo padrão de dominação externa: o imperialista. Internamente, esse momento corresponde à emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. Mesmo diante das transformações na estrutura produtiva, redefiniam-se e fortaleciam-se os laços de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo.

> […] As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica na América Latina. […] Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (Fernandes, 1975, p. 16-17).

A forma pela qual se processou a transição do trabalho escravo para o regime de trabalho assalariado, com a imigração massiva a partir da Europa e a não integração dos negros à nova ordem social, como resposta às mudanças nos padrões de dominação externa, orquestrou um cenário perverso: um mercado de trabalho marcado pela marginalização e exclusão dos negros, que tem como fruto o engrossamento do exército industrial de reserva, articulando segregação racial, segregação social e intensa exploração da força de trabalho.

Fernandes (1972a), analisando a situação dos negros na sociedade brasileira a partir de São Paulo, afirma que eles foram expostos a um mundo social organizado para uma classe dominante branca que não beneficiou o negro e o mulato, submersos na economia de subsistência. Estes homens, que tinham vivido um estado de extrema dependência social durante a escravidão, viraram "párias" da cidade.

Assim, sob esse novo padrão de dominação externa, percebe-se que momentos-chave de avanço rumo à superação de uma economia colonial e constituição de uma economia nacional – autônoma e mais democrática –, como a independência, a abolição da escravatura e o desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalistas, são embargados, distorcidos e ressignificados. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro passa a combinar-se com dependência externa e segregação interna (social e racial).

Tais problemas ganham contornos mais acirrados com o imperialismo total[7], a partir de meados dos anos 1950, marcado pela expansão das transnacionais e a dominância a partir de dentro das periferias. A dominação externa produz uma especialização geral da nação como fonte de excedente para as nações avançadas e para a manutenção dos privilégios da burguesia interna, ensejando: concentração de renda e prestígio nos estratos estratégicos à dominação externa; coexistência de estruturas econômicas de diferentes épocas históricas (colonialismo interno); e exclusão de ampla parcela da população da ordem econômica, política e social (Fernandes, 1975, p. 20).

O exame que Florestan Fernandes faz do impacto da luta de classes sobre o padrão de acumulação ajuda a compreender a racionalidade substantiva que rege o desenvolvimento do capitalismo dependente. Fernandes se distancia das teses modernizadoras e é capaz de perceber a funcionalidade dos resquícios coloniais e escravocratas para a reprodução do capitalismo dependente, escapando de análises economicistas, tecnicistas e/ou a-históricas.

No caso brasileiro, de uma burguesia articulada com o imperialismo que se nutre da dependência e do subdesenvolvimento, a revolução burguesa é atrasada e seu padrão de dominação é autocrático. Alijadas da possibilidade de convergir a revolução burguesa com democracia e autonomia, as burguesias brasileiras se transformam em agentes da contrarrevolução permanente (Fernandes, 2005). As frações da burguesia brasileira, a despeito de divergências, uniram forças quando os anseios populares ameaçavam subir à tona, como meio de garantir o ritmo e o controle da reprodução do capitalismo dependente.

> O que a parte dependente da periferia "absorve" e, portanto, "repete" com referência aos "casos clássicos", são traços estruturais e dinâmicos essenciais [...]. No entanto a essas uniformidades se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas (Fernandes, 2005, p. 312).

Com o advento do imperialismo total, romper a dependência passa a significar superar o próprio capitalismo, uma vez que a reprodução deste capitalismo repousa exatamente na articulação subordinada com as elites imperialistas e no abandono de

7 "O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consume de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Fernandes, 1975, p. 18).

qualquer bandeira revolucionária. O desenvolvimento capitalista brasileiro é, em realidade, o desenvolvimento do capitalismo dependente, cuja revolução burguesa específica torna perene e funcional: a dupla articulação entre setores 'atrasado' e 'moderno', a concentração social da renda, os laços de dependência e a articulação subalterna com o imperialismo. O processo de revolução burguesa transforma-se num processo de contrarrevolução permanente, travando a possibilidade de alçamento do Brasil Colônia de ontem ao Brasil Nação de amanhã nos marcos do capitalismo (Fernandes, 2005).

A particularidade do regime de classes no Brasil coloca, de um lado, uma burguesia autocrática e contrarrevolucionária que se nutre dos resquícios coloniais; de outro, a classe trabalhadora alijada do poder político, constituída a partir da escravidão e do processo particular de extinção do trabalho escravo. A Abolição, enquanto medida legal, não implicou na transformação dos negros em cidadãos: não estavam em condições de competir com os imigrantes europeus, 95% deles estavam na zona rural, e não possuíam qualquer pecúlio.

> O fundamento pecuniário quer da escravização, quer da exploração do escravo, compeliu os brancos a procurar as razões emocionais, racionais e morais da escravidão fora da relação senhor-escravo. O contraste da cor da pele, sublinhado por incompatibilidades culturais, facilitou esse processo que, sob a inspiração de ideais cristãos, degradou uma parcela da humanidade ao estado de 'coisa', de utilidades mercantis (Bastide; Fernandes, 1959, p. 83).

A democracia racial é, portanto, um mito cruel, sem consistência. (Fernandes, 1972a). Sem autonomia econômica, social e política no período de transição para o regime de trabalho livre, o negro e o mulato não puderam imprimir ao movimento abolicionista seus objetivos verdadeiramente revolucionários, nem tiveram influência ativa na formação da ordem social competitiva (Fernandes, 2008).

> Qualquer que seja a perspectiva de que consideremos a formação e consolidação inicial do regime de classe em São Paulo, o negro e o mulato sempre surgem como vítimas indefesas de um clamoroso destino histórico. Sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão, que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, à miséria, à degradação social [...]. A sociedade de classes se torna uma miragem que não lhes abre de pronto nenhuma via de redenção coletiva (Fernandes, 2008, p. 76-77).

Decorre disso a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. A Abolição se dá sem qualquer proposta de integração dos negros na nova ordem social: sem reforma agrária, sem acesso à educação, em concorrência com os imigrantes no mercado de trabalho e sempre com as posições mais degradantes. Formata-se, assim, uma classe trabalhadora que tem, em seu cerne, uma cisão racial, e não socialmente determinada.

> [...] a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção. A revolução social da ordem social competitiva iniciou-se e concluiu-se como uma revolução branca. [...] foi apenas reorganizada em outros termos, em que a competição teve uma consequência terrível – a exclusão, parcial ou total, do ex-agente de mão-de-obra escrava e dos libertos do fluxo vital do crescimento econômico e do desenvolvimento social (Fernandes, 1972a, p. 66).

Eis aqui algo que parece escapar de outros autores: a raça como dinamismo coletivo relevante, síntese de radicalidades essenciais para negar e transformar a ordem vigente. No Brasil, raça e classe se fundem para compor distinções marcantes dentro da classe trabalhadora — não por causa fortuita, mas como elemento do passado que se perpetua no presente para garantir a reprodução do capitalismo dependente.

> [...] Não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje. [...] o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder. Esse dilema liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). [...] em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico (Fernandes, 1989, p. 61-62).

A cisão racial abre uma questão fundamental: a existência da parcela negra dos trabalhadores e os resquícios da escravidão como determinantes do padrão normal de existência e do valor da força de trabalho. A parcela branca dos trabalhadores, com maior acesso ao assalariamento, acaba por se colocar num patamar superior, dificultando a união da classe e sua conversão em classe para si. Sem aderir a um identitarismo despojado da referência de classe, Fernandes (1989) percebe que a questão racial é capaz de dar unidade e direção à luta de classes.

> A divisão da sociedade em dois mundos antagônicos, separados por um abismo econômico, social, político e cultural, imprime à luta de classes uma dinâmica típica de "guerra étnica". Fechando o espaço de entendimento entre as classes sociais, a burguesia é compelida a assumir uma atitude de extrema intolerância à utilização do conflito como meio legítimo de conquista de direitos sociais. A unificação monolítica das classes dominantes é perpetuada por um padrão de resolução dos conflitos intraburgueses que se baseia na conciliação pela composição dos interesses divergentes. A intolerância contra qualquer manifestação de rebelião materializa-se num padrão de luta de classes cuja essência consiste em evitar a qualquer custo a emergência dos despossuídos como sujeitos políticos autônomos, esterilizando suas iniciativas seja pela cooptação, seja pelo esmagamento de suas organizações sociais e políticas. Os que vivem do próprio trabalho devem ser mantidos em estado de anomia. A neutralização dos efeitos revolucionários do protesto social deixa a história a reboque de um único sujeito: a burguesia dependente (Sampaio Jr., 2020, n.p.).

Soma-se dialogicamente a isso o fechamento do circuito político, dificultando às classes subalternas influenciar de forma significativa nos rumos da história (Fernandes, 1977) e condenando os de baixo a um mundo de mínimos políticos, já que as aspirações de cidadania se contrapõem às estruturas herdadas do período colonial (Fernandes, 1985). Resta, portanto, a impossibilidade do bem comum como horizonte do capitalismo dependente, sob pena de ameaçar os privilégios econômicos, sociais e políticos da burguesia dependente, dos de cima.

> [...] Ela [a sociedade dependente] não confere ao despossuído, ao pobre, ao operário potencialidades para contrabalançar as influências exorbitantes das classes "altas" e '"médias" ou para desencadear movimentos sociais suscetíveis de conduzir ao controle da dependência e do subdesenvolvimento dentro do capitalismo. Os dinamismos da sociedade não adquirem, pois, vigor suficiente para alterar as estruturas e os dinamismos da economia e da cultura. Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentaria ou marginal suas classes "baixas", as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas "compulsões burguesas". Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos "campeões do desenvolvimento", todos adeptos dos "milagres econômicos" proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo (Fernandes, 1975, p. 84).

Em suma, Florestan Fernandes foi capaz de deslindar a realidade do capitalismo dependente, articulando as contingências advindas pela dependência externa, em seus diversos padrões, com as transformações internas, a constituição das classes, do regime de classes e a dinâmica da luta entre elas, nessas economias. O caso brasileiro, mais especificamente, denota a revolução burguesa atrasada como aquela que tem a contrarrevolução permanente em sua contraface, para impor um padrão autocrático de dominação que converte o espaço político na principal esfera de atuação de uma burguesia compósita, em prol da manutenção dos seus mais distintos privilégios. Para tanto, requer o alijamento de uma ampla massa popular – que vê como inimiga – do espaço político, ao mesmo tempo em que lança mão das estruturas herdadas do período colonial para reproduzir seu espaço de dominação: o capitalismo dependente e subdesenvolvido.

3. Considerações Finais

Pelo exposto depreende-se que Florestan Fernandes percebe, além da particularidade histórica dos padrões de dependência e das burguesias dependentes, como a escravidão – e sua abolição – são responsáveis pela constituição de um regime de classes marcado por

profunda cisão social e racial. Neste caso, os proletarizados se convertem num polo privilegiado da classe trabalhadora, com certa identidade em relação aos espasmos de crescimento das economias dependentes que lhes permitem alguma mobilidade social. Do outro lado, uma massa de assalariados engrossando o EIR e de marginalizados que, em conjunto, veem a proletarização como principal aspiração. Assim, dificulta-se não apenas a constituição de uma classe para si, mas também se impõe (ligado às estruturas arcaicas) um padrão perverso de exploração e expropriação das classes trabalhadoras.

Assim, mesmo sem desenvolver uma categoria superexploração, Florestan dá conta de que os níveis de exploração dos trabalhadores da periferia são brutais. Mas não como resposta mecânica da drenagem de valores para o exterior, e sim porque no Brasil reina a impossibilidade de um capitalismo que associe revolução nacional e democrática, mas sim que opera a partir da dependência e do subdesenvolvimento, o que requer a revitalização – mesmo que sob novos símbolos e valores – das formas de exploração que eram típicas do "antigo regime".

Neste ponto, a dualidade estrutural parece renovar, em prol da dupla articulação, expedientes brutais de extração de mais-valia. O que não implica em violação do valor da força de trabalho, uma vez que o regime de classes aqui vigente – deitando raízes no padrão escravista de tratamento do trabalho – e a dinâmica da luta de classes, mantêm o rebaixamento do valor desta mercadoria específica.

Ao alinhavar colonialismo, escravidão e revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes deslinda as origens, o sentido e os dilemas de nossa história, qualificando o significado de democracia e nação. Para ele, a formação nacional implica superar os entraves estruturais que dão vazão ao subdesenvolvimento e à dependência, e que se ligam umbilicalmente com o período colonial e escravista. Algo que só é possível pelo socialismo, neste país.

4- Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo:** ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de côr na sociedade paulistana. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil:** a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. São Paulo: Editora Universidade São Paulo, 1976.

CONRAD, Robert. **Os Últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Nova República.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado:** quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972a.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972b.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

KLEIN, Herbert. S. **O Comércio Atlântico de Escravos** – Quatro séculos de comércio escravagista. Lisboa, 2002.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papirus, 1988.

MANDARINO, Thiago Marques. **A vida através da morte:** formação do mercado de trabalho livre e o destino dos negros Rio Claro, (1875-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando Antonio. **A independência política do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1986.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A atualidade de Florestan Fernandes. **Contrapoder,** 2020. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/a-atualidade-de-florestan-fernandes/. Acesso em: 24 mar. 2024.